b) A estratégia de revitalização económica e social e de reordenamento florestal, designadamente o Programa de Revitalização do Pinhal Interior, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2018, de 3 de janeiro.

11.2 — Definir e concretizar outras medidas territorializadas de valorização e desenvolvimento económico e social dos territórios do interior.

11.3 — Sem prejuízo das competências que por lei são atribuídas ao Conselho de Ministros, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, Ministro das Finanças e Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, as competências que me estão legalmente atribuídas no âmbito da coordenação de assuntos económicos e de investimento relativamente aos territórios do interior, designadamente no acompanhamento e execução de investimentos nacionais e estrangeiros nesses territórios, bem como intensificando e reforçando a cooperação transfronteiriça no quadro dos programas de cooperação territorial da União Europeia.

11.4 — Sem prejuízo das competências que por lei são atribuídas ao Conselho de Ministros, ao Ministro do Ambiente e da Transição Energética e ao Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Florestas, no âmbito das competências que me estão legalmente atribuídas para condução de políticas de desenvolvimento dirigidas ao crescimento da economia, participar na conceção e definição de políticas de desenvolvimento que promovam o ordenamento do território, a sustentabilidade e competitividade dos sistemas agroflorestais e o desenvolvimento rural.

12 — Delego nos respetivos secretários de Estado as competências que me estão legalmente atribuídas no que se refere à legislação nas áreas do trabalho e formação profissional, relativas às matérias, serviços e organismos sobre os quais possuem competência delegada, designadamente no âmbito dos seguintes diplomas legais, na sua redação atual:

a) Código do Trabalho, e legislação complementar, entre outras, no que concerne à autorização para laboração contínua, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 105/2009, de 14 de setembro;

b) Decreto-Lei n.º 18/2010, de 19 de março (Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública Central — PEPAC).

13 — Delego, ainda, nos respetivos secretários de Estado, com faculdade de subdelegação, as minhas competências próprias em matéria de:

a) Realização de despesas com locação e aquisição de bens e serviços e empreitadas de obras públicas, relativamente aos serviços e organismos sobre os quais possuem competência delegada, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho;

b) Decisão de contratar e demais competências atribuídas ao órgão competente para contratar, relativamente aos serviços e organismos sobre os quais possuem competência delegada, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;

c) Autorização de despesas com seguros e com contratos de arrendamento, relativamente aos serviços e organismos sobre os quais possuem competência delegada, nos termos do disposto nos artigos 19.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho;

d) Autorização para a assunção de compromissos plurianuais, relativamente aos serviços e organismos sobre os quais possuem competência delegada e aos respetivos Gabinetes, nos termos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, nas suas atuais redações.

14 — Delego, também, nos respetivos secretários de Estado as minhas competências próprias em matéria de deslocações de serviço público, no que respeita às despesas relativas às situações previstas no artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de abril, na sua redação atual, no n.º 2 do artigo 2.º e no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 192/95, de 28 de julho, na sua redação atual, e nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2006, de 5 de maio, a competência para, em relação aos membros dos respetivos gabinetes, dirigentes ou individualidades designados pelos ora delegados, autorizar as respetivas despesas.

15 — Sem prejuízo das competências ora delegadas, mantenho as competências para a definição das políticas integradas nas áreas da economia, comércio, serviços, indústria, empreendedorismo, competitividade, investimento, inovação, turismo, jogo, designadamente:

a) A competência em matéria de opções fundamentais de acompanhamento das entidades reguladoras objeto da presente delegação;

b) A competência para a definição de orientações estratégicas e fixação de objetivos em matéria de liberalização dos setores de atividade;

c) A competência para a definição de orientações estratégicas e fixação de objetivos em matéria de parcerias público-privadas.

16 — Nas minhas ausências ou impedimentos, a minha substituição pelos secretários de Estado deve respeitar a ordem de precedência estabelecida na Lei Orgânica do XXI Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro.

17 — Ratifico todos os atos praticados pelos secretários de Estado desde 17 de outubro de 2018 até à publicação do presente despacho.

18 — Revogo o Despacho n.º 7543/2017, de 18 de agosto de 2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 164, de 25 de agosto de 2017.

19 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua publicação.

9 de novembro de 2018. — O Ministro Adjunto e da Economia, *Pedro Gramaxo de Carvalho Siza Vieira*.

311818754

Gabinete do Secretário de Estado da Economia

Despacho n.º 10724/2018

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, nos n.ºs 1 a 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de apoio auxiliar no meu Gabinete Rosa Maria Mourão Veiga, assistente operacional da Secretaria-Geral do Ministério da Economia.

2 — Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pela Secretaria-Geral do Ministério da Economia e pelo orçamento do meu Gabinete, nos termos do n.º 14 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, o qual produz efeitos desde 17 de outubro de 2018.

4 — Conforme disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

30 de outubro de 2018. — O Secretário de Estado da Economia, *João Jorge Arede Correia Neves*.

ANEXO

Nota curricular

1 — Dados Pessoais:

Rosa Maria Mourão Veiga.

Nasceu em 10 de janeiro de 1954 e é residente em Lisboa.

2 — Habilitações académicas:

9.º ano de escolaridade.

3 — Experiência profissional:

De dezembro de 2009 até 15 de outubro de 2018 desempenhou as funções de auxiliar administrativa nos gabinetes governamentais do Ministério da Economia;

De agosto de 2000 até dezembro de 2009 trabalhou como assistente operacional no Centro Nacional de Pensões;

De 1988 a 1991 e de 1991 a 2000, exerceu, respetivamente, funções de auxiliar educativa na Escola Secundário do Monte da Caparica e na Escola de Matias Ares;

De 1968 a 1971 exerceu as funções de administrativa nos escritórios da Adegua Cooperativa de Vinhos de Vila Real.

311791368

Despacho n.º 10725/2018

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1 a 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de técnico especialista no meu Gabinete, no âmbito das respetivas habilitações e qualificações profissionais, o mestre Luiz Paulo da Costa Lopes.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido decreto-lei, o estatuto remuneratório do designado é o dos adjuntos.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, o qual produz efeitos desde 17 de outubro de 2018.

4 — Conforme disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

30 de outubro de 2018. — O Secretário de Estado da Economia, *João Jorge Arede Correia Neves*.